

Das relações entre memória e poder para a construção da liberdade ou da servidão: contribuições de Etienne de La Boétie e Maquiavel.

Danilo Moraes Lobo¹

Resumo: No presente artigo pretendemos discutir as relações entre memória e poder a partir das reflexões políticas propostas por Etienne de La Boétie e Maquiavel. O primeiro se dedica ao problema da servidão na sua obra *Discurso sobre a servidão voluntária*, explicitando como o esquecimento da condição natural da liberdade do homem produz uma naturalização da servidão. Por sua vez, no autor de *O Príncipe*, a preocupação volta-se principalmente para a conservação do poder, apontando para a necessidade de compreender a memória na formação de povos mais ou menos sujeitos ao poder do príncipe. Em ambos os autores, o problema da legitimidade do poder político é atravessado pelo problema da memória, a qual pode atuar tanto para a conquista da liberdade como para reforçar uma condição de servidão.

Palavras-chave: Memória, Poder, Liberdade, Servidão

From the relations between memory and power to the construction of freedom or servitude: contributions of Etienne de La Boétie and Machiavelli.

Abstract: In the present article we intend to discuss the relations between memory and power from the political reflections proposed by Etienne de La Boétie and Machiavelli. The first is devoted to the problem of servitude in his *Discourse on Voluntary Servitude*, explaining how forgetting the natural condition of man's freedom produces a naturalization of servitude. In turn, for the author of *The Prince*, the concern is mainly for the conservation of power, pointing to the need to understand memory in the formation of people more or less subject to the power of the prince. In both authors, the problem of the legitimacy of political power is traversed by the problem of memory, which can act both for the conquest of freedom and to reinforce a condition of servitude.

Keywords: Memory, Power, Freedom, Servitude

¹Graduação em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Graduando em Filosofia (UESB); Especialização em Memória, História e Historiografia (UESB); Especialização em Teoria e História Literária (UESB); Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB); Atualmente cursa Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB).

Introdução

A reflexão sobre o poder e sua manutenção na época moderna, adquire relevância em pensadores como Étienne de La Boétie e Nicolau Maquiavel. O primeiro ao refletir sobre o problema da servidão em sua obra *Discurso sobre a servidão voluntária*, pergunta-se sobre o que faz a condição servil passar por tão natural aos homens, o que nos remete a uma análise sobre as relações de poder. Já Maquiavel em sua obra *O Príncipe* analisa as condições que seriam necessárias para a manutenção do poder pelo chefe de estado, recorrendo para tanto a exemplos históricos e situações que se percebiam no momento em que escrevera a sua obra. Nesses dois analistas da cena política europeia do século XVI, podemos observar tanto aproximações como diferenciações no que concernem à compreensão sobre o poder político e seu exercício. Em La Boétie é possível constatar tanto uma compreensão sobre aquilo que subjaz à manutenção da condição servil, bem como uma preocupação em pensar a liberdade frente a um poder que tem a possibilidade de se resvalar numa tirania. Maquiavel, por outro lado, discute a manutenção do poder pelo príncipe, o que implica ter súditos fiéis e que saibam reconhecer a autoridade e legitimidade do seu senhor, o que o aproxima de La Boétie, mas pela perspectiva daqueles que exercem o domínio político.

O pensamento de La Boétie nos ajuda a compreender a memória em suas relações com o problema da servidão, na medida em que o exercício do poder, sobretudo pelos tiranos, faz o homem esquecer da sua condição natural de liberdade e o submete a uma condição servil que legitima um poder que o constrange sobretudo por meios mnemônicos. Já o pensamento de Maquiavel lançando-se ao problema prático de como o príncipe se conserva no poder, discutirá a questão da memória implicada tanto em principados hereditários que já carregam consigo um modo estabelecido de relações de poder, como naqueles que são principados novos e que precisam enfrentar a questão do costume já estabelecido, o qual pode estar vinculado a práticas de liberdade, bem como a práticas servis.

A partir dessas duas análises que prenunciam o pensamento político moderno, buscaremos refletir sobre a memória em suas implicações com o poder e a servidão, na tentativa de evidenciar alguns fatores que justificam uma estrutura de domínio político, capaz de produzir um homem submisso a comportamentos que o fazem temer se levantar mesmo contra uma ordem social injusta. Por outro lado, a memória também aparece nesses dois pensadores como um instrumento de afirmação da liberdade, capaz de desestabilizar uma ordem política que não consegue se afirmar de forma legítima. Sendo assim, as reflexões propostas por La Boétie e Maquiavel se constituem enquanto contribuições importantes que nos ajuda a entender o quanto a memória pode estar a serviço de uma política de dominação, ou pelo contrário, engajada num processo de afirmação da liberdade.

1. Memória e servidão: A contribuição de Étienne de La Boétie

No seu *Discurso sobre a servidão voluntária*, Étienne de La Boétie nos coloca inicialmente diante do problema do estar sujeito a um senhor, nem tanto pela ótica de uma forma de governo como a monarquia, mas o fato de homens estarem sujeitos ao domínio de um senhor que os tiraniza. Nesse sentido, sua inquietação inicial nessa obra diz respeito ao porquê de tantas pessoas, cidades e mesmo nações estarem subjugadas por um poder que só se faz possível por meio de uma outorga, onde aqueles que se submetem preferem antes suportar do que contradizer. Mas o que surpreende ainda mais La Boétie é o fato de milhões servirem miseravelmente, sendo subjugados não por uma grande força, mas encantados e enfeitiçados por apenas um, de quem nem deveriam temer o poder, além do incômodo pelo apreço das qualidades de uma pessoa desumana e selvagem.

Em que pese o reconhecimento de grandes personagens num determinado país e o apreço que todos teríamos pelo bem-estar e a amizade, não se deveria atribuir poderes mesmo àqueles que tenham demonstrado grande previdência, coragem e prudência nos assuntos de interesse do povo. La Boétie não concorda com a atitude de tirar homens de determinados lugares onde praticam o bem e confiar-lhes o poder, tendo em vista que não seria sábio conduzi-los ao lugar onde poderiam efetivamente fazer o mal. A preocupação se justifica justamente pela opressão que se estabelece, onde se naturaliza o domínio político, no qual a servidão se torna um vício entre os homens. Desse modo, o autor expressa a sua inconformidade:

Mas, oh, bom Deus! O que pode ser isso? Como o denominaremos? Que desgraça é essa? Ou que vício? Ou, antes, que vício infeliz? Ver um número infinito de homens não obedecer, mas servir, não serem governados, mas tiranizados; não terem nem bens, nem pais, nem filhos, nem a própria vida a lhes pertencer! Sofrer as pilhagens, a libertinagem, as crueldades, não de um exército, não de um campo de bárbaros contra o qual tinham de derramar o sangue e a vida futura, mas de um só! (LA BOÉTIE, 2009, p. 35).

A avaliação que La Boétie empreende sobre a servidão é pautada pelo domínio que um homem é capaz de exercer sobre um conjunto volumoso de pessoas que não esboçam reação à uma condição de exploração, mas antes se identificam com posturas que contrariam a liberdade em favor da privação. Nesse sentido se encontram nos próprios povos os atos de se deixarem e se fazerem governar, uma vez que ao cessarem de servir estariam livres, conforme La Boétie. De fato, segundo o autor, a partir da escolha entre ser subjugado ou ser livre, o povo abandona a liberdade e se submete ao jugo, consentindo no mal ou mesmo perseguindo-o.

A força daquele que exerce o poder e tiraniza o povo se sustenta no estímulo que esse último lhe oferece, já que segundo La Boétie, o tirano se alimenta daquilo que lhe dão, sendo que ao pilhar, exige ainda mais, assim como quando mais arruinam e destroem, mais lhes dão, servindo-o mais. O não obedecer e não lhe dar, seria justamente o rompimento desse ciclo perverso, uma vez que possibilitaria a redução da sua condição a uma raiz que sem alimentos acaba por secar e morrer.

Para demonstrar a força de um homem que tiraniza um povo, La Boétie apresenta argumentos que evidenciam a cumplicidade popular com que o poder opera para então exercer o seu domínio. Esse poder só se sustenta com a ajuda primordial de um povo parceiro do processo de exploração:

Aquele que vos domina tanto só tem dois olhos, duas mãos, um só corpo e não tem senão o menor homem do grande e infinito número de nossas cidades, senão a vantagem que lhe dais para vos destruir. De onde ele tirou tantos olhos, com os quais vos espia, se vós não os cedestes? Como terá ele tantas mãos, para vos golpear, se não as toma de vós? Os pés com que pisoteia vossas cidades, donde os possui, senão são os vossos? Como tem algum poder sobre vós, senão por vós? Como ousaria atacar-vos, se não estivesse em conluio convosco? (LA BOÉTIE, 2009, p. 37).

Um dos fatores que sustentam assim os poderes dos tiranos estão vinculados a própria complacência popular que despreza e esquece a sua condição de liberdade que acaba por se apresentar de uma forma não mais natural. O autor se lança então à compreensão de como se enraizou essa vontade obstinada em servir que contraria a sua concepção de direito natural. Este último se sustentaria nos direitos que a natureza deu a cada homem e os seus ensinamentos, os quais se fossem seguidos, todos seriam obedientes aos pais, sujeitos à razão e servos de ninguém. Quanto à obediência, todos os homens seriam testemunha disso por meio de um conselho natural. No que diz respeito à razão, La Boétie salienta que a questão já foi abordada por uma série de escolas filosóficas. Ele mesmo considera que há na alma alguma semente natural de razão que se for bem aconselhada pode vir a florescer em virtude. Ao contrário, caso a alma não consiga se colocar contra os vícios, a mesma pode sucumbir e ser abortada. O que importaria reconhecer, segundo La Boétie, é que sendo a natureza um ministro de Deus, torna-se como que um governante dos homens e os faz lembrar que todos provêm de um mesmo molde. As diferenças de corpo e espírito, o autor justifica pela possibilidade da afeição fraternal, onde uns estariam aptos a oferecer ajuda e outros a recebê-la. A ação da natureza é considerada sob a perspectiva do equilíbrio, na qual todos compartilhariam das condições que facultariam ao homem se unir e confraternizar diante de objetivos comuns, uma vez que todos teriam posse da linguagem que se apresenta como instrumento capaz de propiciar a comunhão de interesses e alianças que reforcem o sentido de liberdade.

A defesa da liberdade é um elemento primordial no *Discurso da servidão voluntária*, no qual se ressalta a importância da memória do ser livre no homem, o que consiste em combater a servidão, haja vista que esta impõe um regime de esquecimento que descaracterizaria a condição humana, fazendo o homem acostumar-se a servir. Nesse ponto, La Boétie recorre muito aos exemplos dos animais que ao se encontrarem em condições servis, demonstram claramente os seus desejos contrários. A mesma situação se complica no caso do homem, já que o autor considera-o como único ser nascido para viver livremente, ou seja, ao se afastar dessa condição o homem encontra-se desnaturado, afastado da recordação do seu primitivo ser e do desejo de recuperá-lo.

A memória configura-se, portanto, como elemento-chave para o homem cultivar a sua liberdade

e combater as amarras que o constroem à situações de opressão, visto que as mesmas não são naturais, mas sim impostas sobretudo pelo costume. É verdade que a servidão acaba por impor um certo tipo de naturalização da condição de opressão, operando também num panorama mnemômico que chancela o estar submisso a um poder dominante. Conforme La Boétie:

É inacreditável como o povo, desde que se sujeita, caia tão subitamente em tal e tão profundo esquecimento da liberdade, que não é possível despertá-lo para retomá-la, servindo tão livremente e com tanta vontade, que se pode dizer, ao vê-lo, que não perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão. É verdade que, no início, serve-se constrangido e vencido pela força; mas os que vêm depois servem sem pesar e fazem voluntariamente o que seus antecessores haviam feito por opressão. É assim que os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar para a frente, contentam-se em viver como nasceram, sem pensar em ter outro bem, nem outro direito senão o que encontraram, tomando como natural sua condição de nascença (LA BOÉTIE, 2009, p. 43).

A concepção de La Boétie sobre a servidão se fundamenta no costume, sendo este o fator que acaba por estabelecer um determinado tipo de criação no homem que o habitua a servir. Sob esse hábito, os homens passariam a dizer que sempre foram subjugados e seus pais também. Assumem a postura de suportar o mal e consideram ainda como suas as posses daqueles que os tiranizam. Todavia, conforme La Boétie, os anos não dariam direito algum a praticar o mal, pelo contrário, só dariam mostras do aumento da injustiça sob a perspectiva jurídica.

Destaca-se também no *Discurso* de La Boétie, o papel daqueles que não se acostumam ao jugo da servidão e se predispõem a estar sempre lembrando dos privilégios naturais que possuem, sentindo-se honrados em recordar os seus antecessores, além do seu primeiro ser. Estes homens não se identificariam ao grande populacho, o qual estaria preocupado apenas com aquilo que estaria diante dos seus pés. O homem clarividente estaria sempre apto, mesmo que sob condições adversas, a estar lembrando coisas do passado que o ajudassem a julgar melhor as do futuro. Apesar de estarem sob condições onde a liberdade estivesse perdida, sentiriam e imaginariam a mesma no espírito e não se acostumariam, mesmo que fossem obrigados, ao modo de vida servil.

A condição servil em La Boétie está relacionada ao nascimento e a criação. As pessoas, segundo o autor, sob a condições de um regime governado por um tirano, facilmente se tornam covardes e efeminados. Isso afetaria até mesmo a postura em combates, uma vez que os homens subjugados não sentiriam alegria e nem se empenhariam com rigor. Seriam lançados ao perigo de forma arrastada e entorpecida, sem o fervor daqueles que carregam no coração o ardor da liberdade. Já aqueles situados entre as pessoas livres, na compreensão de La Boétie, estariam mais aptos a disputarem o melhor pelo bem comum, já que poderiam assumir em conjunto tanto o mal na derrota como o bem da vitória. As pessoas subjugadas por não possuírem uma coragem guerreira, acabam por perder a vivacidade em outras coisas, tendo o coração triste e desanimado, sendo incapazes para os grandes feitos. Aqui, os tiranos aproveitariam disso, já que reforçariam esse hábito, para tornar os súditos mais vulneráveis aos seus

imperativos.

A compreensão que La Boétie expõe em sua obra permite o entendimento da memória como instrumento de liberdade frente ao domínio político, já que a servidão se ancora justamente numa prática de dominação, na qual o costume é essencial para o estabelecimento da servidão. Os homens, acostumados a um regime servil, não se limitariam apenas à obediência, mas desenvolveriam até uma devoção ao tirano, onde a servidão seria naturalizada.

2. Memória e poder: A contribuição de Maquiavel

A análise que Maquiavel empreende em *O príncipe* sobre o problema da conservação do principado ajuda a compreender o fenômeno da memória em suas relações com a política, a partir da perspectiva daqueles que devem exercer o poder no Estado. Considerando que os principados se diferenciam inicialmente pela sua condição temporal, sejam hereditários ou novos, o problema do poder e sua legitimidade alcança grande destaque nessa obra. Já no início do texto, Maquiavel argumenta que a forma como o príncipe irá exercer a prática do seu governo está diretamente ligada à questão temporal do principado. Por isso, a estratégia de atuação política do príncipe necessita estar disposta a entender os problemas que envolvem tanto uma tradição já estabelecida no âmbito de um determinado Estado, bem como as dificuldades que envolvem a afirmação de um novo poder com o seu respectivo chefe.

A preocupação do autor de *O príncipe* volta-se inicialmente aos principados hereditários, destacando que estes apresentam maior facilidade em se conservar, levando-se em conta que há procedimentos dos antecessores que basta apenas conservá-los. Recomenda-se ainda a contemporização com as situações novas, apelando-se para a inteligência comum do príncipe no sentido de preservar o Estado.

No âmbito dos principados considerados mistos, ou seja, daqueles que são constituídos de um Estado hereditário que anexa um principado novo, Maquiavel ressalta que quando são da mesma província e falam a mesma língua, ocorre uma maior facilidade no processo de subjugação, ainda mais quando os que são submetidos não estão habituados a viverem em liberdade. Nesse sentido, conforme o autor: “Para garantir o domínio desses Estados, basta aniquilar a linhagem do príncipe que antes o dominava, uma vez que, mantendo na antiga condição as outras coisas, e não havendo diferenças de costumes, os homens vivem em paz” (MAQUIAVEL, 2004, p. 42). Já observamos, portanto, uma preocupação com o problema da tradição que repercute no processo de afirmação política, no qual a memória está em jogo e, nesse caso, num Estado conquistado que apresenta traços semelhantes ao do conquistador. Um conselho relevante que Maquiavel nos apresenta ainda é sobre a regra de não se mudarem leis e nem impostos, o que aliado à regra de extinção da linhagem do antigo príncipe, propicia num período muito breve, a união entre os dois Estados. As dificuldades aparecem quando se submete uma província com línguas, hábitos e leis distintas, o que requer nesse caso segundo o autor, uma grande

capacidade e boa fortuna para conservá-la.

A manutenção ou a ameaça da conquista de determinados Estados se defronta com o problema da memória nas relações de poder. Maquiavel destaca o quanto isso interfere na cena política analisada, seja em sua época ou em momentos anteriores na História, onde determinados Estados estariam sempre a se confrontar, necessitando lidar com as tensões provenientes justamente do lugar que a memória ocupa na organização dos Estados. Observamos o exemplo disso numa consideração que Maquiavel faz em relação a determinadas disputas entre Estados:

Em relação aos Estados Organizados como o da França, é impossível subjugá-los de maneira tão fácil. Explicam-se assim as rebeliões constantes de Espanha, França e Grécia quando dominadas pelos romanos. Havia nelas inúmeros principados, e, enquanto a lembrança deles se manteve, os romanos nunca conseguiram assegurar a posse de modo absoluto; porém, quando finda a memória daqueles principados, em face do poder e da duração do império, sobreveio a total segurança dos conquistadores (MAQUIAVEL, 2004, p. 51).

Os Estados que eram governados por leis próprias antes de uma dada ocupação são preservados a partir de três maneiras, na concepção de Maquiavel, quais sejam: “(...) primeiro, devastá-los; segundo, morar neles; terceiro, permitir que vivam com suas leis, arrecadando um tributo e formando um governo de poucas pessoas que permaneçam amigas” (MAQUIAVEL, 2004, p. 53). Essas ações, como observaremos, são pensadas enquanto medidas para combater uma memória que os Estados carregam consigo das suas condições de liberdade. Nesse sentido, Maquiavel reconhece que em cidades habituadas a serem livres, faz-se necessário de qualquer modo, obter o apoio dos cidadãos para se manter com maior facilidade o governo. De qualquer modo, na concepção do autor, a garantia mais segura de um posse se daria pela ruína, já que aqueles que tomam posse de uma cidade livre por tradição, caso não a destruam, serão possivelmente destruídos por ela. Nessas cidades, as bandeiras das rebeliões estão relacionadas à liberdade, bem como as suas antigas leis não são esquecidas com o passar do tempo, mesmo com os favores que porventura venham a receber. Maquiavel defende aqui a promoção de desavença e desagregação entre os habitantes, como medida política de combate à possibilidade de permanência da recordação de princípios que efetivamente poderão ser buscados em quaisquer oportunidades e situações. A interferência da memória no modo como as populações que são submetidas por conquistadores é fundamental no modo como o príncipe irá exercer o seu poder, conforme destaca o autor:

Entretanto, não sabem ser livres as cidades ou províncias acostumadas à sujeição a um príncipe, uma vez extinta a linhagem dele. Ao sentir a falta deste, e habituados a obedecer, não cogitam eleger, entre si um novo príncipe. Desse modo, são pouco afeitos às armas, e nessas circunstâncias será mais fácil conquistar-lhes a estima e garantir-lhes a lealdade. Já nas repúblicas, há mais vida, o ódio é maior, como maior é a vontade de vingança. **Não permitem, nem podem permitir, que a memória da antiga liberdade descance** (MAQUIAVEL, 2004, p. 54 – grifos nossos).

Nota-se como a memória interfere nas relações de poder, podendo estar a serviço tanto de

possibilidades libertárias, no caso dos Estados que resistem a uma conquista e mantém a possibilidade sempre presente de rebelião, bem como nos Estados que mantêm uma política de servidão, na qual seus súditos são moldados pelo costume na subserviência, sendo incapazes de defenderem a liberdade, tendo em vista sobretudo a sua inaptidão para as armas. E no caso de uma conquista esse Estado se submete com mais facilidade às imposições de um novo príncipe.

Nos principados novos se estabelece uma luta em que a capacidade de preservação do domínio estaria ligada à capacidade do príncipe, o que implica para o sucesso do empreendimento a questão do mérito ou da boa fortuna que podem de certo modo abrandar as dificuldades. A origem das dificuldades encontradas na conquista do principado estão relacionadas em determinada medida com a nova ordem legal e os costumes que os príncipes são obrigados a introduzir com o novo Estado, o que também se relaciona com a preservação da segurança do príncipe. Maquiavel chama atenção para a questão da dificuldade e do risco em se estabelecer novas leis, já que a nova legislação terá por inimigos aqueles que eram beneficiados pela antiga, além de contar com tímidos defensores entre os beneficiados pelas novas leis. De acordo com o autor, essa fraqueza provém de certo temor dos adversários e da descrença em relação às coisas novas, já que os homens só acreditariam na verdade das coisas depois de uma certa experiência. Nesse sentido, diante das diferenças entre os povos, o autor de *O Príncipe* reconhece que é fácil convencer o povo de algo, mas o difícil é mantê-lo nessa convicção. E nesse contexto, caso o poder do convencimento falhe, Maquiavel defende que o principado não deveria hesitar em utilizar da força para que ele se estabeleça.

As condições de um principado novo que depende sempre de outros para a manutenção do seu poder revela-se como um problema para Maquiavel, já que entre as possibilidades presentes na tensão entre mérito e fortuna, o primeiro sempre será preferido, tendo em vista que vincula-se a autonomia e a capacidade de tomada de decisão sem interferência alheia. Quando um principado está mais sujeito aos encaminhamentos da fortuna, torna-se refém do perigo, já que será levado e se tornará presa fácil de outros Estados mais firmes em suas definições políticas. Sobre a fragilidade de um novo Estado, argumenta Maquiavel:

Ademais, os Estados, quando surgem de súbito, assim como todas as coisas da natureza que evoluem muito rapidamente, não podem ter nem raízes nem membros simétricos, e aniquilam-se quando advém o primeiro golpe da adversidade; a menos que os príncipes, como foi dito, consigam preparar-se para manter aquilo que a fortuna lhes entregou no regaço, e conservem solidamente as bases antes alicerçadas por outros (MAQUIAVEL, 2004, p. 59-60).

Observamos, portanto, a preocupação sempre persistente de Maquiavel com a estabilidade do principado, o que repercute necessariamente sobre o problema da memória, e como o chefe de Estado precisa atuar seja para reforçar determinados traços de servidão que já se encontram em Estados conquistados, ou pelo contrário, seja para desestabilizar traços mnemônicos sólidos que fundamentam

determinadas culturas no exercício e na luta pela defesa da liberdade, bem como de suas instituições. A questão que emerge sobretudo como preocupação para os príncipes diz respeito à volubilidade do poder quando não está assentado em raízes bem estabelecidas. A atuação do chefe de estado no contexto de novos principados requer uma ação política mais intensa no sentido de construir alianças que reforcem um novo poder, o que para tanto requer uma habilidade em fazer concessões a determinadas pessoas representativas no estado, mas nada que ganhe proeminência em relação ao poder do príncipe. Ao príncipe cabe também fazer alianças que sejam convenientes à destruição de certos inimigos, exigindo determinadas tomadas de posição para que o príncipe seja reconhecido na sua atuação política. De todo modo, as recomendações políticas de Maquiavel se direcionam à estabilidade do principado que para ser mantido requer práticas que reforcem o poder do príncipe, necessitando para tanto de conhecimento dos costumes e leis que regem determinados Estados e que traduzem a memória de um determinado povo. Sendo assim, a memória e o poder relacionam-se em Maquiavel, como elementos essenciais nas disputas estabelecidas entre Estados e que orientam as práticas políticas tanto de coesão como as de desestabilização que precisam ser conhecidas pelo príncipe.

Considerações Finais

A memória em seus vínculos com a liberdade na concepção de La Boétie se estrutura como contraponto à condição servil que se estabelece pelo governo de um tirano. A servidão, na concepção desse autor, nutre-se de um esquecimento da condição natural do homem que seria a liberdade. Poderíamos dizer também que com a política de domínio que impõe o esquecimento da liberdade, possibilita por outro lado, o estabelecimento de um reconhecimento da servidão como condição natural, o que implica também na conformação de uma memória servil ou a serviço de um determinado poder. Nesse sentido, a memória pode ser tanto visualizada como instrumento de libertação, como se traduz no propósito mais direto do *Discurso da Servidão Voluntária*, bem como a memória pode ser entendida como instrumento de dominação, quando La Boétie descreve o costume da servidão que se estabelece e se torna elemento essencial para a sustentação de um governo tirânico.

A reflexão de Maquiavel, por outro lado, nos ajuda a entender a perspectiva que subjaz a um Estado, sobretudo na modernidade, na manutenção do poder, o que implica entender o peso que a memória possui tanto para a sustentação quanto para a dissolução do principado. A discussão sobre o costume e as leis também aparece como importante para entendermos o sucesso ou fracasso das conquistas que se impõem pelo domínio de outros Estados. A abordagem de Maquiavel também se detém sobre o problema da servidão e da liberdade, buscando entendê-las a partir da perspectiva daquele que precisa lidar com uma população conquistada. Aqui também, observamos que a memória influencia as estratégias do príncipe para estabelecer o seu domínio. O autor ainda salienta o quanto um principado é volúvel quando não possui raízes bem fortes, o que o torna sujeito às intempéries da fortuna, tornando-

o vulnerável aos seus inimigos. Defende, então, a necessidade do uso da força em casos onde a possibilidade de reação se faz presente e uso da aliança onde for cabível para somar forças ao domínio do chefe de Estado. Desse modo, memória e poder cumprem papel fundamental numa política de Estado para o autor em questão.

Podemos observar finalmente que La Boétie e Maquiavel lançam olhares por perspectivas diferentes sobre o problema da memória e suas relações com o poder. O primeiro se detém sobre o problema da liberdade e faz uma denúncia do poder tirânico que se impõe às custas da servidão de muitos, discutido a memória principalmente sob o primado da liberdade que considera como direito natural dos homens. Já Maquiavel, partindo de um entendimento da natureza do homem em suas potencialidades tanto servis como rebeldes, procura compreender a memória dentro dos processos de estruturação do Estado, para manutenção do poder do príncipe. As duas perspectivas divergem no tocante ao de onde partem para compreender o poder, mas se aproximam no tocante às relações entre o a memória e o costume.

REFERÊNCIAS:

LA BÓETIE, Étienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 2004. (Coleção Os Pensadores).